



RAE - Revista de Administração de Empresas
ISSN: 0034-7590
rae@fgv.br
Fundação Getulio Vargas
Brasil

Braga Martes, Ana Cristina; Aquino Alves, Mario
ENTREVISTA COM RUTH CARDOSO
RAE - Revista de Administração de Empresas, vol. 46, núm. 1, enero-marzo, 2006, pp. 107-113
Fundação Getulio Vargas
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155115976007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc



RAE-DOCUMENTO • ENTREVISTA COM RUTH CARDOSO

ENTREVISTA COM RUTH CARDOSO

Por Ana Cristina Braga Martes e Mario Aquino Alves



O debate acadêmico sobre movimentos sociais e participação popular carece de trabalhos que possam ajudar a compreender, sob uma perspectiva histórica e política, as atuais formas de organização social, especialmente as ONGs e demais organizações do terceiro setor. Há mais de uma década, os pesquisadores tendem a interpretar a promulgação da Constituição de 1988 como o ponto de partida das recentes práticas de democracia participativa, com destaque para os estudos sobre orçamento participativo e planejamento municipal. Desconsiderase que essas mesmas práticas têm origem em práticas anteriores, como, por exemplo, nas experiências, na década de 1980, sobretudo no estado de São Paulo, da discussão de políticas públicas e de formas de gestão a partir de conselhos, com a participação de representantes dos movimentos sociais.

Ruth Cardoso foi, durante os anos 1980, uma das pesquisadoras brasileiras que melhor observou esse fenômeno no período de transição democrática, marcado pela atuação dos movimentos sociais de contestação popular nas periferias urbanas e, ao mesmo tempo, pela abertura do diálogo com os movimentos de reivindicação, por parte de alguns governos.

Listado no final desta entrevista encontra-se o essencial, acreditamos, desse material de pesquisas realizadas por Ruth Cardoso no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), nos anos 1980. Nossa expectativa é de que este debate possa trazer de volta importantes questões institucionais em torno da participação popular e novas formas de representação, no âmbito de uma "discussão perdida": Estado–sociedade fruto de um contexto político de redemocratização.

Nos anos 1980 a senhora montou uma equipe no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) para estudar movimentos sociais, acompanhar o processo de descentralização do Estado e as iniciativas inovadoras de promoção da participação popular nas agências públicas. Atualmente as publicações sobre participação popular apontam a Constituição de 1988 como sendo o marco de tais iniciativas. Esqueceram a década de 1980?

RC: Tudo indica que sim. Recentemente, em uma palestra argumentei: "Se pretendemos falar de participação, vamos considerar que existe um passado, geralmente esqueci-

do até por razões ideológicas, pois se trata de um projeto construído em algumas dimensões. Acredito que desde os anos 1980 vimos construindo uma sociedade mais participativa. Esse era um dos principais pressupostos do Projeto Comunidade Solidária:¹ tinha uma sociedade mobilizada, unida por uma rede de organizações muito diferentes, de níveis muito diferentes, de idades muito diferentes. No entanto, existiram resistências que encontrei, e elas não vieram da oposição, nem da imprensa, pois ela era cética quanto à participação a este pressuposto. Pelo contrário, era bastante clara que a sociedade brasileira era mobilizada, portanto a gente tinha que crescer, trabalhar a parceria governo-cidade civil. A imprensa ressaltava, por exemplo, que os empresários estariam dispostos a participar, a ajudar, a fazer parcerias. Era sempre aquele discurso: "Empresários brasileiros, investir, investir, Nunca participam de nada, nem...". O que não percebia era a ocorrência de uma importância desse tema.

Nas décadas de 1970 e 1980, se o desenvolvimento de iniciativas de redes sociais, ligadas aos movimentos sociais, especialmente de organizações urbanas e da mobili-



de bairros populares. Tais redes ajudaram a formar o contexto da oposição ao regime militar. Cresceram, em parte, a partir do trabalho de base da Igreja Católica, mas também de movimentos sociais do tipo: movimento negro, de mulheres e movimento gay. Nos anos 1970, sem dúvida, eles se formaram. Na década seguinte, tal como procurei analisar em um artigo do livro organizado por Lourdes Sola e Leda Paulani (1995) sobre a década perdida, tais redes se expandiram consideravelmente. Nesse artigo eu defendia a idéia de que a década de 1980 pode até ter sido uma década perdida do ponto de vista econômico, mas do ponto de vista da sociedade, ela foi uma década riquíssima. Deu-se início ao processo de democratização dos governos estaduais.² Então começa a ser construído um diálogo institucional diferente entre sociedade e Estado, até então predominantemente caracterizado pela contestação. Nesse momento, com o começo da democratização, criam-se os conselhos que depois começávamos a estudar no Cebrap. Naquela época os conselhos representavam o máximo da reivindicação participativa que até então podíamos imaginar.

Os conselhos traziam, na época, a possibilidade de dar à participação popular uma forma estável. A preocupação que se tinha na época era com a instabilidade dos movimentos: as reivindicações apareciam e, assim que atendidas, a mobilização terminada, os grupos se dispersavam. Então o conselho possibilitava a permanência.

RC: De fato, assim pensávamos, porque depois também os conselhos se burocratizaram. Mas acho que houve uma mudança na relação dessas organizações da sociedade civil

com o poder público, nos lugares onde a democratização foi um pouco mais profunda. Por isso esse processo é muito desigual no país inteiro. Começou-se um diálogo que é sempre difícil, porque uma coisa que foi criada para ser contestatória traz um grau maior de dificuldade na relação com seus interlocutores. Todas as pesquisas que fizemos naquela época eram exatamente para mostrar como era difícil fazer funcionar um conselho. Por quê? Porque também o movimento social atua no sentido de criar uma relação nova, e essa relação nova não passa pela representação. Esse é um problema que acho que é absolutamente fundamental. Não está resolvido, também não sei como resolver, mas temos que nos debruçar sobre ele. As reivindicações dirigem-se para, e assumem uma forma de contestação ao governo, ao Executivo. Para o governo, por sua vez, essa relação que se quer direta é difícil, porque ele tem que atender à totalidade de reivindicações, e não apenas a segmentos específicos. O clima nos anos 1980 era o de se forçar uma relação institucional diferente. Na verdade, os grupos que pressionavam se sentiam representantes e tinham algum respaldo. Mas não há o mecanismo de representação e esse mecanismo é negado por essa relação, que é construída como uma relação direta. Acho que isso é uma coisa muito importante; não aconteceu nos anos 1980, com a redemocratização. Na verdade, começou antes.

A dificuldade dos diversos conselhos (Habitação, Saúde, etc.) estava, exatamente, em que esse tipo de representação se choca com o sistema de partidos, com o sistema de representação tradicional, de presões. A Constituinte³ apareceu como o coroamento desse momento de

grande participação. Mas também curiosamente, como se as portas da Constituinte, aí recaiu sobre o Legislativo. Isto para as emendas, para as Naquele momento, houve convergência entre o sistema representativo e esse sistema inforessão. Entre outras coisas, a combinação foi possível pelo clima naquele momento de abertura. Na década de 1980, a sociedade deu início a um novo institucional, houve aprendizagem e criação de novos canais. E que se esqueceu completamente

E a década de 1990?

RC: Acho que se dá uma ruptura no interior da sociedade. Pelo exemplo, as empresas mudam. Na mentalidade dos empresários, a maneira deles se relacionar com a sociedade, aparece a responsabilidade social das empresas, que ajuda a criar um novo: o terceiro setor. Da experiência no Comunitarianismo, percebo que grande parte acredita conhecer e entender a sociedade, que sabem identificar problemas sociais, bem como soluções. A verdade é que eles estão mais engajados. Hoje um sárião não dá dinheiro para fazer alguma coisa filantrópica, para "salvar os velhinhos", que realmente querem saber como é que, quanto custa, onde vai. Que é assim, por que é assim. A doação do dinheiro é condicionada à aprovação do projeto.

E onde entra o marketing?

RC: Sem dúvida, eles têm que ser marqueteira também, que é normal e sou a favor. Será o dia em que alguém vai vender um produto porque reconhece que aquela marca algum tipo de



ANA CRISTINA BRAGA MARTES · MARIO AQUINO ALVES

mento social; será melhor do que a situação que se tem hoje. Agora, o que é ruim é quando o critério é definido meramente pelo *marketing*. Já quando os empresários escolhem projetos, demonstram ter idéias muito enraizadas a respeito. Por exemplo, quando comecei a trabalhar com os jovens no Comunidade Solidária, essa era uma questão que se colocava fora da visibilidade do empresariado. Jovens não eram vistos como um problema. Tivemos que convencê-los, e os programas deram certo. Já os programas de alfabetização de jovens e adultos: isso é um problema aceito, conhecido. Então, em 1996, para eu fazer o programa de capacitação de jovens,⁴ que era estratégico naquele momento, tive que dedicar horas de convencimento a todos os meus parceiros, justificando por que focalizar nos jovens e não trabalhar apenas com meninos de rua. Porque naquele momento as notícias enfatizavam a existência de 3 milhões de meninos de rua, toda a visibilidade estava em cima dessa questão. E, na verdade, em parte consegui apoio para o programa de Capacitação de Jovens porque eu dizia: "Olha, este programa evita que o menino vá para a rua; antes, ele protege o adolescente".

Para resumir, voltando à pergunta, acho que nos anos 1990 tivemos uma congeminação de coisas. Em primeiro lugar, o processo de democratização. Tínhamos uma sociedade mobilizada e pronta para oferecer serviços, porque tudo aquilo que era movimento, acabou gerando ONGs, explicando de uma maneira simplificada... Mas, enfim, de cada um desses movimentos surgiram ONGs que tratavam de dar uma assistência, de fazer alguma coisa, de resolver algum problema concreto. Isso tanto nos movimentos populares quanto nos movimentos feminis-

tas, movimento negro e outros. Isso antes era muito desvalorizado, porque todo pensamento de esquerda era contra, eram ações que, como se acreditava, deveriam ser feitas pelo Estado e não pela sociedade. Nos anos 1980, os mutirões de guias e sarjetas, do Mário Covas, eram vistos pelas lideranças de alguns movimentos como exploração. Isso foi um nó que no começo dos anos 1990 se desfez, pelo menos em parte. O terceiro setor se desenvolveu exatamente porque tinha essas duas condições: os empresários mudando a sua mentalidade e uma sociedade mobilizada, tentando fazer coisas. Por que eu valorizo essa participação da sociedade? Porque acho que nesse tentar fazer coisas a sociedade civil trouxe experiências riquíssimas e inovadoras. É evidente que a sociedade é capaz de inovar muito mais que o Estado.

Gostaria que explicasse o processo das rodadas de interlocução política do Comunidade Solidária e seus resultados.

RC: Isso é resultado do processo que eu estava descrevendo. Acho que nos anos 1990 você tem, por um lado, uma sociedade que já está mobilizada e que já tem para oferecer experiências inovadoras em educação, saúde, movimentos de mulheres. Muitas escolas com nova pedagogia, os mutirões com novas maneiras de construir, são coisas experimentais e criativas, respostas diferentes para a tradicional responsabilidade universal que vem do Estado, pois o Estado tem que estender seu atendimento a todos.

Naquele momento, era claro para nós que o mundo inteiro tinha mudado e que nós também tínhamos que mudar, tínhamos que desenvolver esse diálogo. Tentar abrir canais de comunicação entre Estado e essa gen-

te, o que era difícil. Por um lado a sua história, e aquela que tinham realizado experiências, tinham horror ao Estado, ao governo. E, por sua vez, havia a resistência da burocracia estatal. Nós em parceria e vimos o que era a resistência. Parceria não existe, a burocracia estatal. Do lado do governo há também desconfiança em relação ao que eles (ONGs) podem fazer, e da demanda pela independência e ausência de controle. O diálogo é complicado.

As Interlocuções Políticas foram inventadas para possibilitar o diálogo, e nisso tivemos muitos desafios, porque trabalhamos com pessoas bem complicados e conseguimos colocar frente a frente representantes do governo e da sociedade. Evidentemente não se chega a um acordo, nem se fazem grandes acordos, porque são atitudes profundamente enraizadas. Mas conseguimos, por exemplo, chegar a um acordo sobre que as terras entregues ao MST no Brasil por dívida fossem para a forma agrária, algo que era uma grande vindicação do MST. Conseguimos reformulação de alguns processos do próprio Ministério da Agricultura com relação ao repartimento de terras. Foram pequenas mudanças, mas consideramos um sucesso sentar todo mundo à mesa pela primeira vez.

Nesse período (1995-1998), no meio das rodadas de interlocução política, abre-se a discussão em torno da reforma do Marco Civil. O reconhecimento organizacional dessas novas formações de sociedade civil. Como você analisa esse ponto, especificamente?

RC: Acho que tivemos resultados cujas consequências são muito importantes, como a Lei das ONGs e a Lei do Voluntariado é um exemplo disso.



que ficou. Chamamos todo mundo, e, interessante, havia mais consenso entre a sociedade civil do que na burocracia.

Houve uma resistência muito forte por parte da burocracia, principalmente no entendimento da Lei das OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público). Por exemplo, o Conselho Estadual da Assistência Social, aqui em São Paulo, teve problemas em reconhecer os títulos: se uma organização virou OSCIP, então não podia ser considerada de utilidade pública. É realmente uma coisa bastante interessante, dentro desse processo, essa resistência por parte da burocracia do Estado em não reconhecer alguma coisa que, na verdade, emana de lei.

RC: Sempre há, também, resistência do lado das ONGs, daquelas organizações tradicionais, de assistentes sociais que não gostavam muito dessas mudanças... Tivemos interlocuções cujo resultado palpável, no fim, não foi tão grande, mas o fato de termos estabelecido o diálogo foi fundamental. E outras, onde o diálogo foi muito mais fácil e o resultado positivo, como a Lei do Voluntariado; enfim, mudanças que foram significativas, mas até hoje difíceis de implementar.

Se nos anos 1990 as ONGs começaram a ser vistas como uma grande alternativa, mais recentemente, para autores como James Petras,⁶ por exemplo, elas passaram a ser vistas com certo distanciamento. Alguns chegam mesmo a falar que elas não mais estão no campo progressista, que são agora a face comunitária do neoliberalismo. O que você acha?

RC: O processo que veio dos anos 1970 foi todo recortado por ideolo-

gias. Já me referi à esquerda que tinha uma visão estadista, e que na verdade teve que obrigatoriamente rever sua posição em relação ao papel e função do Estado. Mas ainda há setores da esquerda com essa visão puramente estadista e que, portanto, não reconhecem o papel da sociedade civil. Reconhecem e legitimam apenas – e acho que é o caso dessa distinção que você mencionou – os setores sociais que são coerentes em relação à visão de transformação do mundo que eles têm.

Dentro de uma visão estreita sobre Gramsci e sua obra,⁷ de um certo gramscianismo que pode ser assim resumido: a sociedade civil é um meio para atingir a sociedade política, mas aí um partido, uma classe social, tem um projeto, e, na medida em que esse projeto se implementa, para que sociedade civil?

RC: Não, acho que o Gramsci era mais sofisticado. Eles fizeram uma simplificação. Porque Gramsci trabalha com o conceito de hegemonia, que dá a essa questão uma outra dimensão. Claro que Gramsci é um homem de partido. Mas ele vê o partido como instrumento da transformação, porém a transformação se faz por meio da hegemonia do partido. A construção da hegemonia é social pela construção de valores consensuais. Portanto, você muda os valores do partido, se for o caso, para construir essa hegemonia. Isso os partidos de esquerda esqueceram. Quando você trabalha com uma dicotomia como esta – “os progressistas e os neoliberais comunitários” –, que critério você está utilizando? Tal critério não pode ser gramsciano porque não se trabalha com o conceito de hegemonia. Se fosse, caberia a pergunta: como trazer neoliberais para o progressismo? Esse

critério usado para separar outros é de quem? De quem olhando por que um é pro e outro não.

Esse tipo de abordagem semelhante a uma certa lógica que tínhamos nos anos 1970, também trabalhava com a divisão: de um lado, as Sociedades Amigos de Bairros (SABs) e organizações cooptadas pelo Estado; de outro, os movimentos de esquerda (chamados autênticos), que ajudavam a revolução.

RC: No movimento feminino, por exemplo, havia uma divisão bem se dividia. Algumas teoria eram ótimas, outras já não eram mais necessárias, porque não eram necessárias para serem coerentes com a idéia de transformação social, revolução, etc. Eraram muitas teorias de águas, embora sem a mesma força da palavra neoliberal.

O pressuposto aqui também é que as ONGs, como os movimentos sociais para alguns, na época, teriam um papel de progressista e até revolucionário para cumprir.

RC: Estou totalmente de acordo. Os movimentos sociais deram muitas contribuições para as ONGs. Eles passaram a prestar alguns serviços e a tentar institucionalizar esses serviços. Foi preciso que se criasse um caminho de maior diálogo com o Estado, com o diálogo institucional. Tanto a ligação às ONGs quanto aos movimentos sociais, tem que se fazer. O pressuposto que a sociedade civil, por definição heterogênea, é diversa. Por exemplo, não aceito essa dicotomia entre neoliberal e progressista, que não acho que caiba a maioria das organizações que vêm da sociedade civil. Essas organizações precisam expressar exatamente aquilo que é contraditório. Por isso é que criamos, no Comunidade Sócio-Religiosa, a



ANA CRISTINA BRAGA MARTES · MARIO AQUINO ALVES

as nossas reuniões chamando o Stédile e o representante dos proprietários rurais. Ambos são sociedade civil. Agora, quando você começa a trabalhar com esse critério ideológico, você diz: "Não! O Stédile é bom, o outro é reacionário, ruim, neoliberal, etc.", e não reconhece a heterogeneidade das organizações, que é a base da democracia. Então, você tem que estar convencido da democracia como principal valor, para poder trabalhar com a sociedade nesses termos.

Uma coisa que gosto muito do trabalho que fizemos no Cebrap⁸ foi termos chamado a atenção e pesquisado esse processo de institucionalização. Fomos atrás, acompanhamos, buscamos explicar aquelas novas formas de organização e participação popular. Isso aconteceu num período em que todos, na academia, apostavam no caráter revolucionário dos movimentos populares urbanos.

RC: E nós falávamos totalmente soturnas naquela época porque exataamente a visão dominante era essa, dos "progressistas". Essa visão não se coaduna com uma visão estadista. A aquela, a visão dominante na época, que todos nós também até respeitávamos, era uma visão ainda de esquerda, inclusive do PT. Depois, nos anos 1990, foi impossível exercer controle ideológico sobre essas questões, porque as mudanças foram grandes, não apenas no Brasil, mas no mundo. Nos anos 1990, a expansão do terceiro setor se deu em todos os lugares. E aqui também. Então, consequentemente, essa relação dos governos com as organizações sociais foi se expandindo. Tornou-se óbvio que o Estado precisa dessas organizações para organizar uma série de trabalhos, de coisas que o Estado não pode fazer,

porque a sociedade se segmentou muito, de modo que suas demandas tornaram-se também muito segmentadas. Qualquer governo terá que lidar com meninos de rua, por exemplo, ou com idosos. É óbvio que, por existirem organizações civis que trabalham com essas populações – numa escala menor –, a qualidade do trabalho tende a ser melhor. O Estado, por sua vez, não tem como responder a isso, porque são problemas fragmentados, e eu sempre digo: "O Estado tem que se dedicar a atender aos direitos universais. Escola para todo mundo? É o Estado que tem que dar...". Agora, a pós-escola para os meninos deficientes é outro problema. É aí que a sociedade tem tido mesmo uma contribuição reconhecida.

Em minha opinião, as pessoas demonstram certo cinismo ou descrença em relação à responsabilidade social das empresas. Em sua opinião, o que há por trás, se é que há algo, das doações dos empresários?

RC: Vejo de outro modo. Hoje em dia, a própria maneira de gerir uma empresa e criar sua imagem recebe outro tratamento. Os empresários estão muito mais atentos, acreditam precisar ter uma participação que vai muito além dos interesses econômicos imediatos. Querem ganhar dinheiro, continuam ganhando dinheiro, evidentemente. Mas aquela antiga racionalidade hoje é mais sofisticada porque implica também que uma empresa construa a sua imagem. Ela depende dessa imagem, o mercado exige isso. Não porque o empresário seja ou tenha se tornado "bonzinho", mas porque, de outro modo, ele pode sofrer também muitos atropelos. Temos o caso da Nike, acusada de empregar trabalho escravo. Isso não existia antes! Usar

trabalho escravo era um mal cariado como racional para se ganhar mais dinheiro. Então achava que a racionalidade dos empresários era a mesma. E hoje faz parte da realidade econômica ter alguma participação da sociedade e do papel da sua responsabilidade na sociedade. Agora eles querem se associar, querem acompanhar, querem interferir nas ONGs, no terceiro setor. Em alguns casos, a contribuição chega a ser bastante grande, no sentido de que demandam um gerenciamento melhor.

Hoje você muito dificilmente consegue obter o apoio de uma empresa se não fizer uma avaliação de trabalho. Porque a sociedade é a cabeça das empresas. As ONGs foram muito influentes, pela forma de gestão das empresas, as que não conseguiram um financiamento vão perecer. A substituição da antiga filantropia pelas ONGs, pelas senhoras católicas pelas ONGs, isso continua a existir. Mas está modernizando, mesmo as ONGs, que eram como organizações filantrópicas do tipo antigo. Começaram a perceber que não dão mais para tanto. Não é porque estou fazendo isso que alguém vem aqui e vai querer dinheiro. Está muito difícil. O mundo empresarial é muito competitivo, o terceiro setor cresceu muito. Essa privatização das ONGs é o que é normal em curso. Sempre houve um asilo aqui, uma senhora ali, que sempre haverá, no velho estilo filantrópico. Mas, acho, esse estilo é uma mudança, e essa mudança é muito marcada pelo empresariado. Ninguém perguntava quanto valia a filantropia, ninguém perguntava se poderia ser mais racional. Não existia essa idéia, a de atender. Hoje não é assim. Não é só o Estado nem o mercado colocando num programa ou orgânicas sem saber quanto custa, se pode baixar esse custo, se pode gerenciar



melhor o dinheiro. E acho que isso está tendo uma enorme influência sobre as ONGs.

É reduzir demais a ação do empresário, pensar que é apenas aquela racionalidade econômica. Na verdade, há mais uma busca pela legitimidade de fato do que um retorno econômico. Os empresários têm que ser eficientes e ao mesmo tempo legítimos, dentro de um determinado espaço. Agora, o que eu queria perguntar é o seguinte: a visão do empresário, hoje, atuando nesse setor, ele consegue ter uma visão universal dos problemas ou ainda tem uma visão particularizada sobre essas questões?

RC: Esse é o grande problema. Porque acho que houve toda essa mudança de mentalidade, e acho que realmente eles não ficaram melhores como pessoas, não. A racionalidade e a eficiência para eles ganham dinheiro é que os levam a ter esse tipo de conduta, porque você não pode esquecer que o conceito de responsabilidade social não é apenas apoiar políticas sociais de ONGs, etc. A primeira coisa relacionada a esse conceito é tratar bem o funcionário. Uma ação voltada para dentro e não para fora. Esse foi o que se desenvolveu mais facilmente, porque é muito visível. E tudo isso por quê? Por uma medida de eficácia. Na mentalidade empresarial moderna, assumir esses encargos (vamos chamar assim), os de dentro e os da comunidade, são mecanismos que tornam mais eficaz a conquista de seu objetivo. Não é porque eles viraram santos. Mas, de qualquer forma, é um processo positivo. Por quê? Porque é um processo democrático que engloba o setor produtivo da sociedade no sentido de buscar soluções para os problemas sociais, inclusive nesse

sentido de profissionalizar as ONGs, de exigir que elas funcionem de outra maneira, e também se tornem mais eficientes.

BIOGRAFIA E OBRA

Ruth Correa Leite Cardoso nasceu em Araraquara (SP), em 1930. Professora aposentada pela Universidade de São Paulo, é atualmente presidente da Comunitas, organização não governamental promotora de parcerias entre sociedade civil, universidades e empresas, com o objetivo de otimizar os recursos empregados no combate à pobreza e à exclusão social. Foi também presidente do Comunidade Solidária. Antropóloga, a dra. Ruth Cardoso tem ensinado, pesquisado e escrito sobre temas das áreas de Cultura e Política: movimentos sociais, participação política, imigração, juventude, comunicação de massa, violência e cidadania.

Principais artigos

Sustentabilidade: o desafio das políticas sociais no século XXI. *Revista da Fundação Seade*, São Paulo, 2004.

Mudança sociocultural e participação política nos anos 80. In: SOLA, L.; PAULANI, L. M. *Lições da década de 80*. São Paulo: Edusp / Genebra: Unrisd, p. 193-200, 1995.

La télévision et les jeunes au Brésil. *Revue Internationale des Sciences Sociales*, v. 141, p. 531-538, sep., 1994.

Trabalhos sobre a participação popular na década de 1980

Políticas sociais: a relação entre as agências públicas e seus usuários. Coordenadora, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), São Paulo, 1989.

Movimentos sociais: a busca de novos horizontes interpretativos - 2a. fase. Coordenadora, Centro Bra-

sileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), São Paulo, 1988-89.

Políticas de promoção da participação popular e plantação dos Conselhos de Comunidades de Saúde. Coordenadora, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) / Instituto de Saúde, Universidade de São Paulo, 1989.

Movimentos sociais: a busca de novos horizontes interpretativos - 1a. fase. Coordenadora, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), São Paulo, 1987.

Movimentos sociais na América Latina. *Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: Cortez Editora, v. 1, n. 3, p. 27-37, 1987.

Descentralização administrativa e política de saúde. Coordenadora, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), São Paulo / Financiadora de Estudos e Projetos (Fepa), São Paulo, 1987.

Descentralização administrativa e participação popular. Coordenadora, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), São Paulo / Fundação para o Desenvolvimento Administrativo (Fundead), São Paulo, 1986.

Formas de participação popular no contexto contemporâneo. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação SEADE, São Paulo, v. 1, p. 50, 1985.

A periferia de São Paulo e o contexto da crise. Coordenadora e pesquisadora, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), São Paulo / Universidade de São Paulo, 1987.

NOTAS

¹ O Programa Comunidade Solidária foi criado em 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso, presidido por Ruth Cardoso. Seus objetivos eram criar mecanismos de políticas sociais mais eficientes e promover o crescimento e a inclusão da sociedade civil em iniciativas de desenvolvimento.

² Depois do AI-3, as primeiras eleições diretas para os governos estaduais ocorreram em 1985, sob o regime militar, em 1982. Nas eleições de 1985, foram 100 deputados estaduais, 26 senadores, 16 deputados federais, 123 prefeitos, 1.000 vereadores, 16 governadores, 12 opositores, 12 somadas, 12 independentes, 12 milhares de votos. O PMDB elegeu nove deputados federais e o PDT, um.



ANA CRISTINA BRAGA MARTES · MARIO AQUINO ALVES

³ Assembléia Nacional Constituinte, constituída em 1987 pelos deputados federais e senadores eleitos em 1986, e pelos senadores eleitos em 1982.

⁴ Programa Capacitação Solidária.

⁵ A Reforma do Marco Legal do Terceiro Setor passou a ser articulada pelo Comunidade Solidária em 1995. Desse processo resultaram duas leis: a Lei nº 9.608, que regula o serviço voluntário, e a Lei nº 9.790/99 (conhecida como Lei do Terceiro Setor), que cria a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e os

Termos de Parceria entre essas organizações e o Estado.

⁶ James Petras, sociólogo americano que é crítico de longa data da atuação das ONGs.

⁷ Antonio Gramsci é considerado extremamente importante na introdução de novas dimensões ao marxismo. Diferentemente de Marx, Gramsci acreditava que a sociedade civil não era governada puramente por "relacionamentos materiais" ou econômicos, mas também por "hegemonia". O poder dos grupos dominantes está incrustado em leis, regras, normas, hábitos e mesmo em con-

senso geral, assumindo dessa forma Gramsci chamou de "hegemonia". A pode ser entendida como o controle da sociedade por uma classe, uma fra se ou uma aliança de classes. A ideolo se dominante corresponde à sua funç e aos seus interesses. Dessa maneira, de classe, formas de segregacionismo, controle do conhecimento científico, características desse tipo de hegemonia é sentida pela sociedade (estad o) ou pela sociedade civil, que inclui os políticos, os sindicatos, as associa

⁸ A entrevistadora Ana Cristina Braga sua assistente de pesquisa.

Artigo convidado. Aprovado em 10.01.2006.

Ana Cristina Braga Martes

Professora da FGV-EAESP. Doutora em Ciência Política pela USP.
Interesses de pesquisa nas áreas de sociologia econômica, migrações internacionais, empreendedorismo, sociologia das organizações.

E-mail: acbmartes@fgvsp.br
Endereço: Rua Itapeva, 474, 7º andar, Bela Vista, São Paulo – SP, 01332-000.



Mario Aquino Alves

Professor da FGV-EAESP. Doutor em Administração de Empresas pela FGV-EAESP.
Interesses de pesquisa nas áreas de estudos críticos em administração, teoria das organizações e organizações da sociedade civil.
E-mail: maalves@fgvsp.br
Endereço: Rua Itapeva, 474, 11º andar, Bela Vista, São Paulo – SP, 01332-000.